**CHAMADO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

|  |
| --- |
| O propósito deste Chamado para Apresentação de Propostas é identificar parceiros - atuais e/ou potenciais - que desejam participar na implementação de projetos coordenados pelo ONU-Habitat e contribuir com recursos complementares (recursos humanos, conhecimentos, fundos, contribuições em espécie, suprimentos e/ou equipamentos) para alcançar objetivos comuns conforme descrito abaixo. O processo de seleção levará à assinatura de um Acordo de Cooperação com o ONU-Habitat. |

**Contratação de serviço de consultoria de Pessoa Jurídica**

**(organização sem fins lucrativos, como governos nacionais, estaduais e locais, instituições públicas, organizações internacionais, organizações não governamentais, universidades públicas, fundações, instituições de pesquisa e etc.) para realização de pesquisa qualitativa / aplicação de questionários no município de Maricá (Estado do Rio de Janeiro)**

**Montante máximo do financiamento:** 340.000 USD (trezentos e quarenta mil dólares americanos)

**Propósito do chamado:** Contratação de serviço de consultoria de Pessoa Jurídica (organização sem fins lucrativos) para realização de busca ativa em 100% dos domicílios dos setores censitários previamente identificados no município de Maricá (Rio de Janeiro), no âmbito do projeto “Prosperidade Urbana e Social Sustentável no Município de Maricá” (Maricá - Chegou a Sua Vez).

**Data de início para o envio de propostas:** 13 de setembro de 2019

**Prazo final para o envio de propostas:** 28 de setembro de 2019, às 23:59 hora do Rio de Janeiro (GMT -3:00)

**Informações-chave sobre o projeto**

* **Título do projeto do ONU-Habitat:** Prosperidade Urbana e Social Sustentável no Município de Maricá
* **Localização**
  + Cidade: Maricá, Estado do Rio de Janeiro
  + País: Brasil
* **Data prevista para o início das atividades:** 14 de outubro de 2019
* **Duração estimada do projeto**: 16 (dezesseis) meses
* **Valor máximo proposto:** 340.000 USD (trezentos e quarenta mil dólares americanos)
* **Unidade do ONU-Habitat a cargo da gestão do projeto:** Escritório Regional para América Latina e o Caribe, no Rio de Janeiro

**Breve Descrição do Projeto**

O município de Maricá, fundado em 1833, é localizado na porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Conta com uma população de cerca de 160 mil habitantes[[1]](#footnote-1), o que representa 0,9% do total dos habitantes do estado, possui uma área territorial de 362,6 km² e uma densidade demográfica de 413,4 habitantes por quilômetro quadrado, a 20ª maior do Estado do Rio de Janeiro.

A população maricaense apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,765, um pouco acima da média estadual, de 0,761 e superior à média brasileira de 0,727. Houve uma forte evolução deste indicador desde 1991, quando era de 0,520. A variável mais elevada é de longevidade, enquanto a menor é de educação.

No período recente houve um expressivo crescimento populacional no município, com um aumento de 23,8% entre 2010 e 2018, enquanto o conjunto do estado cresceu 4,6%, segundo estimativas do IBGE[[2]](#footnote-2). Inclusive, esse crescimento pode estar subdimensionado, uma vez que, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve um aumento, no mesmo período, de 39,4% no número de eleitores no município, sendo que o Estado do Rio de Janeiro teve uma ampliação de 7,0%. Ou seja, é um município que vem tendo uma forte expansão demográfica nos últimos anos, bem mais acentuada do que o conjunto do Estado.

No intuito de trabalhar com os desafios de diminuir a pobreza urbana e integrar ao tecido da cidade todos os segmentos da população, bem como produzir dados e informações qualificadas que orientem a elaboração de políticas públicas, o município de Maricá buscou a parceria com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), cujo mandato é promover cidades social, econômica e ambientalmente sustentáveis com o objetivo de proporcionar moradia adequada para todos e todas.

Nesse contexto, foi assinado o acordo de contribuição técnica entre o Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro, do Município de Maricá, e o ONU-Habitat com vistas a implementar o projeto “Prosperidade Urbana e Social Sustentável no Município de Maricá”, também conhecido por *Maricá - Chegou a Sua Vez*. O referido projeto visa, através da ***Busca Ativa***, identificar a população urbana mais vulnerável da cidade de Maricá, conhecer melhor suas condições de vida e promover um atendimento especializado para integrá-la nos cadastros públicos, na rede de atendimento dos serviços básicos e no tecido urbano municipal, ao passo em que produz dados e informações para elaboração e implementação de políticas públicas focadas.

A Busca Ativa significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais vulneráveis cheguem até o poder público, ou seja, alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros[[3]](#footnote-3).

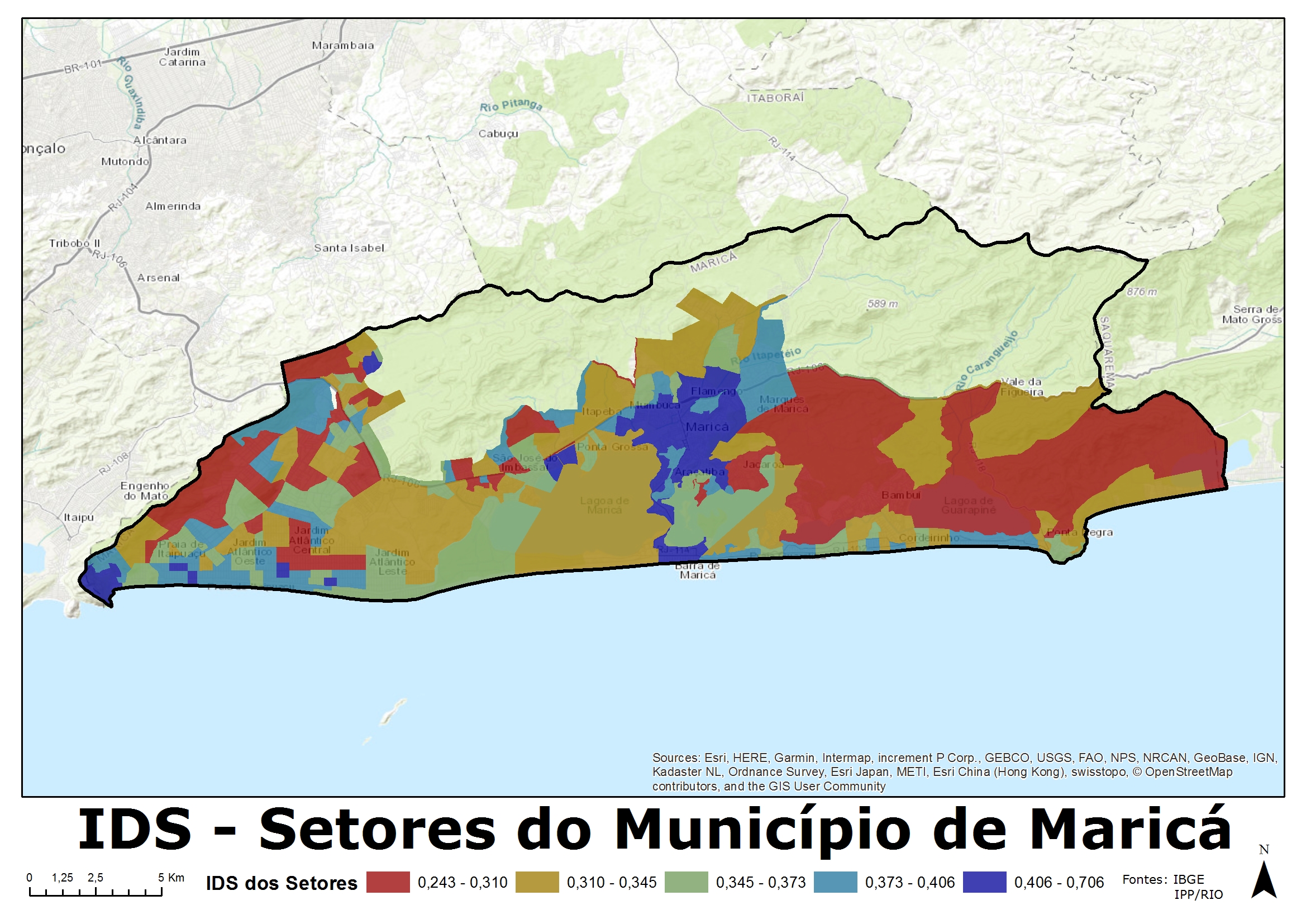
A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente vulneráveis, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. Entende-se como rede de proteção social a oferta de direitos sociais básicos e de oportunidades para inclusão produtiva abrangendo as políticas de garantia de renda (Bolsa Família, Bolsa Verde, Benefício de Prestação Continuada, Previdência Social), de acesso a serviços (assistência social, saúde, educação, energia, água, segurança alimentar e nutricional, entre outras) e de trabalho e renda.

Por meio deste projeto, e de forma a promover o direito à cidade, almeja-se incluir os mais vulneráveis nas redes de proteção sócio-urbana da Prefeitura de Maricá e a produção de dados e informações qualificadas. Dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis e invisíveis da população poderão ter acesso aos serviços públicos, garantindo o direito aos benefícios oferecidos pela cidade e pelo governo local, e o município contará com uma série de dados e informações para orientar seu processo de tomada de decisão e alocação de recursos.

Nesse sentido, o projeto propõe o estabelecimento de uma estratégia de longo termo para assegurar que os grupos excluídos não sejam esquecidos, conforme acordado no princípio norteador da Agenda 2030 definida no âmbito da ONU: “**não deixar ninguém para trás**”[[4]](#footnote-4). Para tanto, inclui as seguintes etapas:

1. Etapa I: Identificação das **famílias com maior grau de vulnerabilidade**;
2. Etapa II: Atuação do **protocolo de ação integrado de respostas**;
3. Etapa III: **Monitoramento** das famílias participantes.

Na **Etapa I**, a Busca Ativa consiste em visitar todos os domicílios dos setores censitários de menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS)[[5]](#footnote-5) do município, aplicando o questionário do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), para localizar as famílias em situação de elevada vulnerabilidade.



Ainda nesta etapa, as pessoas e/ou famílias que careçam de serviços passíveis de serem identificados pelos pesquisadores serão encaminhadas aos órgãos públicos adequados. Desta maneira, além do protocolo integrado para as famílias que forem classificadas pelo IPM como elegíveis a participar do Projeto, todas as famílias serão encaminhadas, por exemplo, aos serviços de educação e auxiliadas na retirada de documentação, caso sejam identificadas tais necessidades.

As famílias, a partir disso, passam a compor o banco de dados do projeto, o que permitirá, ao Comitê Gestor e à Comissão Executiva, acompanhar a implementação do protocolo integrado e tomar as providências necessárias à sua agilização, junto aos órgãos participantes.

Na **Etapa II**, a Busca Ativa consiste em realizar visitas às famílias selecionadas para detalhar as informações obtidas no questionário do IPM, observar novas situações de carência da família e do domicílio e, com base num protocolo integrado intersecretarias municipais, encaminhar as pessoas aos setores apropriados. As visitas dessa fase serão realizadas por agentes públicos que irão direcionar essas famílias aos serviços pertinentes.

A **Etapa III** consistirá no monitoramento das famílias identificadas como vulneráveis, de forma que elas serão entrevistadas após 6 meses e, novamente, após 1 ano para verificar se superaram sua vulnerabilidade social e manter suas informações atualizadas. Para tal, a Prefeitura de Maricá irá desenvolver um sistema de informações que possa ser acessado e atualizado pelas diferentes secretarias envolvidas no projeto. Ademais, um Comitê Gestor e uma Comissão Executiva foram criados com intuito de facilitar a integração entre as diferentes secretarias, sendo composto por técnicos de cada uma delas. Este monitoramento permitirá à Prefeitura agir conjuntamente, sobretudo para tentar resolver as situações de vulnerabilidade social que persistirem.

Tendo em vista o que precede, este chamado para apresentação de propostas tem como objetivo identificar **organizações interessadas em desenvolver os produtos previstos nas referidas Etapas I e III**.

**3. Principais atividades e produtos deste Chamado para Apresentação de Propostas**

Objetivo: Identificação e monitoramento das famílias em vulnerabilidade social a partir da **busca ativa e aplicação do questionário do IPM**, cobrindo os setores censitários de menor Índice de Desenvolvimento Social, com vistas a constituir uma base de dados das famílias a serem atendidas pelo projeto “Maricá - Chegou A Sua Vez”.

A organização contratada será responsável por realizar a busca ativa mediante a aplicação do questionário do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nos domicílios dos setores censitários de Maricá com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

A partir do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) identificou-se que 60% dos setores censitários de Maricá, o equivalente a 58% da população total, encontra-se abaixo da média municipal. Ao analisar esses setores, de acordo com estimativa calculada em base ao Censo Demográfico do IBGE de 2010, é possível identificar a existência de 30.357 domicílios e uma população de 90.659 pessoas, porém, estima-se que este número seja ainda maior em 2019.



**Abaixo da média municipal: 60% dos setores ou 58% da população**

O IPM tem como objetivo fornecer um retrato amplo sobre as pessoas que vivem com dificuldades para além da questão da renda. Lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com o centro de pesquisas *The Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), em substituição ao Índice de Pobreza Humana (IPH). O IPM possui três dimensões - Saúde, Educação e Padrão de Vida - que se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (Saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (Educação); eletricidade, gás de cozinha, sanitário, água, pavimento e bens domésticos (Padrão de Vida). Para este projeto pretende-se trabalhar com uma adaptação do questionário proposto pelo PNUD.

Quanto maior o IPM, maior é o nível de pobreza multidimensional e uma família é considerada multidimensionalmente pobre se sofre privações a partir de 33,3% no IPM. As famílias com privação entre 0 e 33,29% estão vulneráveis, mas não se caracterizam como beneficiárias diretas deste projeto. Já as famílias entre 33,3% e 100% (risco 2: de 33% a 65,9% / risco 3: acima de 66%), divididas entre dois estágios (pobres e extremamente pobres), são elegíveis a participar do projeto. Para mais informações sobre a metodologia do IPM, ver o Anexo 1.

Estima-se que a aplicação dos questionários por família dure, em média, aproximadamente 40 minutos e que sejam realizadas, aproximadamente, 31.000 entrevistas na etapa I. No entanto, é importante ressaltar que o número de famílias a serem entrevistadas é apenas uma estimativa, com base nos dados do IBGE. Desta forma, caberá à contratada realizar entrevistas a todas as famílias localizadas em todos os domicílios dos setores censitários selecionados, independentemente do número de famílias e/ou domicílios ser maior ou menor que o estimado[[6]](#footnote-6). A lista dos setores selecionados e o questionário a ser aplicado será fornecido à organização vencedora no início da vigência do contrato.

A entrevista deve ser realizada, preferencialmente, com a pessoa de referência[[7]](#footnote-7) para a família, caso essa pessoa não esteja presente, a entrevista poderá ser feita com uma pessoa maior de 18 anos. Caso não seja possível realizar a entrevista por não haver ninguém em casa ou não haver uma pessoa maior de 18 anos, o pesquisador deve voltar ao domicílio para nova(s) tentativa(s). Neste sentido, ressalta-se que a equipe de campo deve ter flexibilidade para ir aos territórios em horários “não-laborais”, como após às 18hs ou nos finais de semana, já que as famílias podem não estar presentes durante o horário comercial (9 às 18hs). As entrevistas serão compostas pelo questionário do IPM e perguntas relacionadas ao tema, a pedido da Prefeitura de Maricá.

Para a realização da coleta de dados, algumas definições precisam ser feitas, sendo necessário diferenciar família e domicílio. Neste sentido, entende-se como família a definição do IBGE para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: “Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que more só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” [[8]](#footnote-8). E, por sua vez, entende-se domicílio as categorias definidas pelo IBGE como domicílio, domicílio coletivo, domicílio fechado, domicílio improvisado e domicílio vago, desde que estejam no perímetro dos setores censitários em questão[[9]](#footnote-9). Assim, um domicílio pode abrigar mais de uma família, mas cada família deve responder a um questionário.

Após a coleta de dados definida como etapa I, as famílias com IPM de risco 2 ou risco 3 serão encaminhadas para atendimento pelas secretarias responsáveis. Após o período de 6 meses e, novamente, após 12 meses, a equipe de coleta de dados deverá voltar aos domicílios dessas famílias para nova aplicação do questionário. Estima-se que cerca de 20% das famílias entrevistadas na etapa I sejam encaminhadas para o projeto, totalizando ao redor de 6.200 famílias. Com isso, teríamos, em todas as fases desta contratação, ao menos 43.400 entrevistas a serem realizadas (31.000, primeira ida a campo + 6.200, retorno 6 meses depois da primeira ida + 6.200, retorno 12 meses depois da primeira ida).

As atividades serão realizadas com a supervisão contratual e técnica do ONU-Habitat e técnica do Instituto Darcy Ribeiro (IDR) de Maricá[[10]](#footnote-10), e em articulação com as secretarias da Prefeitura de Maricá que trabalham com a temática: (i) Secretaria de Educação; (ii) Secretaria de Saúde; (iii) Secretaria de Assistência Social; (iv) Secretaria de Políticas Inclusivas e (v) Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos.

**4. Resultados e Produtos esperados**

Durante a execução da pesquisa, a organização selecionada deverá entregar os seguintes produtos:

1. *Plano de trabalho*, baseado na Proposta Técnica submetida, contendo:
   1. cronograma de atividades e entregas de produtos;
   2. estratégia de teste e aplicação dos questionários definitivos;
   3. estratégia de controle de qualidade e prevenção de fraude;
   4. estratégia de segurança de gerenciamento de dados, atendendo aos pré-requisitos de localização, quantidade e prazo estabelecidos pela contratante;
   5. plano de visitas de coleta de dados, incluindo cronograma e detalhes sobre alocação de equipes nos diversos territórios;
2. *Relatório do treinamento* das equipes de campo e do pré-teste dos instrumentos de coleta, incluindo versão atualizada do instrumento de coleta, feita a partir dos resultados do pré-teste;
3. *1º Relatório parcial da pesquisa* contendo:
   1. Relatório com informações sistematizadas sobre cada indicador do IPM;
   2. Registros fotográficos sistematizados por área e/ou indicador;
   3. Base de dados da primeira etapa com a avaliação do IPM de todas as entrevistas presenciais/domiciliares realizadas em formato DTA ou CSV;
   4. Outras informações que possam ser relevantes para a pesquisa, definidas pelo contratante ou contratada em reuniões prévias.
4. *2º Relatório parcial da pesquisa* contendo:
   1. Relatório com informações sistematizadas por território e indicador do IPM;
   2. Registros fotográficos sistematizados por área e/ou indicador;
   3. Base de dados da segunda ida a campo com a avaliação do IPM das entrevistas presenciais/domiciliares das famílias que entraram para o projeto na primeira fase em formato DTA ou CSV;
   4. Outras informações que possam ser relevantes a pesquisa, definidas pelo contratante ou contratada em reuniões prévias.
5. *Relatório de auditoria independente:*
   1. Relatório com os resultados sistematizados da auditoria independente que deverá ser contratada pela organização após o recebimento, no mínimo, de 80% dos recursos acordados.
6. *3º Relatório parcial da pesquisa contendo:*
   1. Relatório com informações sistematizadas por território e indicador do IPM;
   2. Registros fotográficos sistematizados por área e/ou indicador;
   3. Base de dados da terceira ida a campo com a avaliação do IPM das entrevistas presenciais/domiciliares das famílias que entraram para o projeto na primeira fase em formato DTA ou CSV;
   4. Outras informações que possam ser relevantes a pesquisa, definidas pelo contratante ou contratada em reuniões prévias.
7. *Relatório final* da contratação:
   1. Relatório qualitativo e descritivo com informações sistematizadas por território e indicador do IPM;
   2. Base de dados de todas as fases com a avaliação do IPM de todas as entrevistas presenciais/domiciliares realizadas em formato DTA ou CSV;
   3. Outras informações que possam ser relevantes a pesquisa, definidas pelo contratante ou contratada em reuniões prévias.

Ademais, ao momento da entrega do produto 1, a organização deverá entregar também 150 “uniformes” (compostos por camisa, colete, bolsa, crachá e boné) com a identidade visual do projeto, que será cedida à contratada quando selecionada.

**Tabela 1 – Prazos e cronograma de entregas de produtos.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Produto** | **Prazo de entrega** |
| Produto 1: Plano de trabalho (+ uniformes) | Até 15 dias após a assinatura do contrato |
| Produto 2: Relatório do treinamento e pré-teste | Até 20 dias após a assinatura do contrato |
| Produto 3: 1º Relatório parcial | Até 2 meses após início do campo |
| Produto 4: 2º Relatório parcial da pesquisa | Até 7 meses após a primeira fase do campo |
| Produto 5: Relatório da auditoria independente | Após receber, no mínimo, 80% dos recursos acordados |
| Produto 6: 3º Relatório parcial da pesquisa | Até 13 meses após a primeira fase do campo |
| Produto 7: Relatório Final | Até 14 meses após assinatura do contrato |

Para tanto, a organização selecionada deverá, entre outros:

1. Participar de reuniões e oficinas de trabalho sempre que solicitado por um dos parceiros;
2. Participar de treinamentos com o ONU-Habitat;
3. Disponibilizar os profissionais da equipe técnica necessários à execução das atividades e responsabilizar-se pelo apoio e acompanhamento durante a realização das atividades;
4. Disponibilizar os equipamentos e materiais necessários para a realização dos serviços previstos, inclusive para as atividades de coleta de dados;
5. Elaborar relatórios periódicos, a serem entregues ao ONU-Habitat, para acompanhamento do trabalho, descrevendo as atividades realizadas e o estágio de desenvolvimento dos produtos;
6. Responsabilizar-se e atender alterações solicitadas caso os produtos não atendam à qualidade mínima esperada pelo ONU-Habitat;
7. Responsabilizar-se pela disponibilização e utilização de quaisquer equipamentos e materiais utilizados durante a realização das atividades pelas equipes de coleta de dados;
8. Assegurar que os dados e informações qualificadas produzidas sejam compatíveis com a infraestrutura de dados do Instituto Darcy Ribeiro (IDR), de modo a viabilizar sua transferência ao final do projeto. Essa infraestrutura de dados será armazenada na plataforma *ArcGis* a partir de um usuário cedido pela Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) ao IDR. Nesse sentido, a organização deverá utilizar o ArcGis.
9. Disponibilizar 150 uniformes contendo camisa, bolsa, colete, boné e crachá com a identidade visual do projeto, sendo que uma parte será usada pela equipe de campo que realizará a pesquisa e a outra ficará com a equipe do ONU-Habitat.

Todos os produtos devem atender aos critérios de qualidade do ONU-Habitat, definidos pela formatação - o modelo a ser seguido será enviado posteriormente à organização selecionada -, adequação gramatical, ortográfica e vocabular, coesão e coerência e padronização terminológica.

As entregas que envolvam a disponibilização de dados vetoriais, georreferenciados, devem estar no formato shapefile (shp, shx e dbf). Demais formatos de entrega deverão ser acordados entre a equipe da organização selecionada e a equipe técnica do ONU-Habitat.

Os produtos e entregas deverão ser submetidos aos representantes do ONU-Habitat em versão preliminar à entrega para a aprovação. Somente após a análise prévia do material técnico deverá ser apresentada a versão final da etapa a ser entregue, contendo os ajustes solicitados.

**5. Desembolsos**

Sobre os desembolsos, esclarece-se que:

* Os desembolsos só ocorrerão após aprovação, por parte do ONU-Habitat, dos produtos mencionados;
* Os pagamentos observarão os limites de desembolso máximo conforme estabelecido no Cronograma abaixo (Tabela 2);
* Os pagamentos serão efetuados somente em conta bancária exclusiva para a recepção dos recursos deste projeto, conforme os Critérios de Elegibilidade;
* Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da organização selecionada, a fluência do pagamento pode ser interrompida;
* Nenhum pagamento isentará a organização selecionada das responsabilidades contratuais, nem implicará a aceitação dos serviços.

**Tabela 2 – Cronograma de desembolsos:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Desembolso** |
| Assinatura do Contrato | 30% |
| Após a entrega do relatório financeiro e aprovação dos produtos 1 e 2 | 25% |
| Após a entrega do relatório financeiro e aprovação do produto 3 | 20% |
| Após a entrega do relatório financeiro e aprovação do produto 4 | 10% |
| Após a entrega do relatório financeiro, aprovação dos produtos 5, 6 e 7 | 15% |

**6. Insumos**

A organização selecionada será responsável pela aquisição e gerenciamento dos equipamentos e materiais necessários para a realização as atividades pelas equipes de coleta de dados, entre eles:

* Uniforme, composto por camisa, colete, boné, crachá e bolsa, atendendo aos critérios de uso da marca e identidade visual do projeto estabelecidos;
* *Tablets;*
* Capas e películas de proteção para os *tablets*;
* *Chips* telefônicos para acesso à internet.

A organização selecionada disponibilizará os questionários da pesquisa e garantirá acesso das equipes a todas as informações e insumos necessários para que a pesquisa ocorra de forma satisfatória.

**7. Propriedades e responsabilidade**

Todo material – relatórios, bancos de dados, questionários ou qualquer outro documento utilizado para a coleta de dados pessoais ou domiciliares – produzido no âmbito do contrato é de propriedade do ONU-Habitat e deverá ser tratado de maneira **confidencial**, com rigorosos métodos de gerenciamento da segurança de dados. A organização selecionada não possui autorização para divulgar, repassar, ceder, vender, publicar ou disponibilizar tais materiais de qualquer forma, em parte ou integralmente, a nenhuma outra instituição ou indivíduo.

A pesquisa objeto deste chamado envolve entrevistas com famílias em situação de vulnerabilidade social. A organização selecionada deve garantir que toda a equipe envolvida no processo de entrevistas esteja preparada para agir de acordo com as regras e recomendações legais e com os princípios defendidos pela Organização das Nações Unidas e pelo ONU-Habitat.

A organização selecionada assumirá todas as despesas de viagem e estadia das pessoas que trabalharão sob a sua égide para produzir todos os produtos acima mencionados.

A pessoa responsável indicada pela organização selecionada poderá ser convocada, a qualquer momento, para resolução dos problemas oriundos do projeto, correção de detalhes construtivos, esclarecimentos de omissões de falhas de especificações e etc., até a conclusão e recebimento definitivo dos produtos previstos neste chamado.

A organização se investe da responsabilidade exclusiva por qualquer dano ou prejuízo causado ao ONU-Habitat, ao Município ou a terceiros pela execução dos serviços e pela inobservância e/ou desobediência às recomendações da boa técnica.

**8. Requisitos mínimos da organização e equipe**

Experiência mínima da Organização e parceiros:

* Ter atuado em coleta domiciliar de dados com aplicação do questionário em grande escala (pelo menos 5.000 indivíduos) utilizando ferramentas digitais, tais como *tablets*, para entrada de dados;
* Ter controle de qualidade dos dados coletados;
* Ter experiência mínima de 5 anos em pesquisa quanti-qualitativa em comunidades urbanas de baixa renda.

Especificação da Equipe de Coordenação:

A Equipe de Coordenação deverá conter no mínimo profissionais com as seguintes características:

* Coordenador(a) de Projeto com nível superior e experiência comprovada de, pelo menos, 5 anos em projetos em comunidades urbanas de baixa renda;
* Coordenador(a) de pesquisa com nível superior e experiência comprovada de pelo menos 5 anos em pesquisas em comunidades urbanas de baixa renda.

Especificação da Equipe de Coleta de Dados:

* Todos os pesquisadores devem ter experiência prévia comprovada em coleta de dados, preferencialmente em comunidades urbanas de baixa renda;
* Todos devem ter o Ensino Médio concluído;
* Ao menos 70% da equipe de coleta de dados deve ser residente e/ou oriunda do município de Maricá;
* A seleção da equipe deve privilegiar residentes dos setores censitários a serem pesquisados;
* A seleção da equipe deve buscar a equidade de gênero e raça.

**9. Análise de risco**

A implementação do projeto, incluindo seus diagnósticos, coleta de dados, realização de oficinas, planejamento de ações, monitoramento e avaliação, depende da vontade política do Município e dos parceiros locais. O projeto coopera, tanto quanto possível, com parceiros locais que estejam familiarizados com as condições locais e com base nas respectivas redes locais. Os riscos, associados a esta consultoria, e as formas de mitigação encontram-se sistematizados na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Risco** | **Probabilidade** | **Estratégias de Mitigação** |
| Deslizamentos e inundações durante o período de chuvas. | Baixa | * Realizar a etapa de levantamento de campo no período anterior ao período de chuvas; * Priorizar inicialmente o levantamento de campo nos territórios com histórico de deslizamentos e inundações. |
| Segurança: criminosos e traficantes de drogas podem estar presentes nos territórios, podendo ocorrer questionamentos às equipes e tiroteios | Média | * Fornecer um *briefing* de segurança aos contratados; * Articulação prévia com lideranças locais; * Instrumentos de identificação da equipe de campo: crachá oficial, camisa, colete etc. |
| Forte pressão política na análise dos dados e informações sobre pobreza | Média | * Utilizar dados de fontes oficiais e seguras para elaboração do diagnóstico e da estratégia; * Fazer os produtos de forma participativa para fomentar o controle social das informações trabalhadas; * Aumentar o número de oficinas / grupos focais, caso necessário. |
| Participação social insuficiente | Média | * Utilizar estratégias de comunicação efetivas para atrair participantes; * Aumentar o número de encontros para discussão; * Prover *feedback* do trabalho e esclarecer expectativas com relação ao resultado do trabalho. |

**10. Critérios de elegibilidade**

|  |  |
| --- | --- |
| **Critérios** | **Detalhes para apresentação da proposta/documentação necessária** |
| Registro e documentação | * Certificado de registro/incorporação (atos constitutivos); * CNPJ; * Prova de registro no país de origem; * Prova de registro no país de operação (caso seja diferente do país de origem); * Prova de presença operacional no país (caso seja diferente do país de origem). |
| Perfil e detalhes da organização | * Perfil e estrutura da organização indicando claramente: * Visão, missão e objetivos da organização; * Estrutura de gestão; * Membros do conselho de direção e suas designações certificadas pelo secretário corporativo (ou documento equivalente); * Prova de adesão a associações profissionais (caso existam). |
| Capacidade financeira | * Relatório financeiro auditado (balanço e declaração de rendimentos) e relatórios de auditorias realizadas nos últimos dois anos (no caso de instituições públicas, apresentar relatórios dos Tribunais de Contas competentes). |
| Conta bancária exclusiva | * A organização deverá ter uma conta bancária exclusiva para a recepção dos recursos deste projeto. |
| Integridade e Governança | * A organização deve preencher e submeter o Formulário de Declaração de Parceria assinado, conforme **Anexo 2**; * Providenciar mini currículos das equipes envolvidas no projeto, incluindo do gestor dos contratos e dos membros integrantes da direção da instituição. * Providenciar mini currículos dos presidentes do conselho de administração, do presidente da organização e do chefe do financeiro, além dos documentos de identificação. |

**11. Critérios de seleção**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Critérios** | **Detalhes para apresentação da proposta/**  **Documentação necessária** | **Peso** |
| **1. Capacidade técnica** | | **25 pontos** |
| **1.1** A organização tem uma **experiência relevante e um histórico comprovado** de implementação de atividades nas áreas do projeto? Já administrou projetos com complexidade técnica e montante financeiro semelhantes? O projeto é ligado ao negócio central do parceiro de implementação? | * Documentação que comprove atuação em pesquisa de campo com aplicação do questionário em escala (pelo menos 5.000 indivíduos) utilizando ferramentas digitais para entrada de dados nos últimos cinco anos; * Documentação que comprove controle da qualidade dos dados coletados nos últimos cinco anos; * Documentação que comprove experiência mínima de 5 anos em pesquisa quanti-qualitativa em comunidades urbanas de baixa renda. * Lista de projetos semelhantes executados nos últimos cinco anos (valor, localização, financiadores, natureza dos projetos, etapa de execução - ‘finalizado’ ou ‘em curso’); * Demonstre como as experiências em projetos anteriores são relevantes para a execução da proposta atual; * Referências de ao menos três financiadores anteriores. |  |
| **1.2** A organização tem **funcionários técnicos qualificados**, com experiência e habilidades técnicas necessárias para o projeto?  Qual o tamanho da equipe, seu tipo, qualificação e quadro de formação? | * Currículos dos gestores, funcionários técnicos e de apoio que estarão envolvidos no projeto; * Indicar o número de funcionários técnicos você tem no país onde o projeto será implementado. Indicar se há garantia razoável de que os funcionários técnicos continuarão disponíveis conforme necessário para o projeto. * A experiência solicitada será comprovada através de curriculum vitae assinado por cada integrante da equipe chave, contendo referências (nome, e-mail ou telefone) que possam ser contactadas pela contratante para verificação da veracidade das informações sobre os serviços executados. Também podem ser apresentados atestados de capacidade técnica ou contratos que comprovem a experiência. |  |
| **1.3** A organização tem a habilidade de alcançar a população-alvo e os temas?  Ela tem a capacidade adequada de trabalhar nas áreas/regiões chaves onde as atividades propostas serão implementadas?  A organização tem uma ligação estreita e direta com um grupo de interesse relevante para a população-alvo do projeto?  Ela tem a capacidade de impactar a população-alvo e as problemáticas?  Tem uma forte presença no terreno e por quanto tempo?  Tem capacidade adequada para trabalhar em áreas/regiões-chave onde as atividades de campo propostas serão implementadas? | * Documentação que demonstre uma prova de presença operacional local, incluindo ligação e habilidade de alcançar a população-alvo. |  |
| **1.4** A organização possui instalações físicas adequadas, equipamentos para escritório, transporte etc. para implementar as atividades? | * Providencie a localização e a lista de instalações, veículos, equipamento e escritório disponíveis para o projeto. |  |
| **1.5** A organização tem procedimentos formais para monitorar a execução do contrato (como marcos, produtos, despesas...)? | * Forneça o manual de política e procedimentos de monitoramento que sua organização utiliza. |  |
| **2. Capacidade financeira e administrativa** | | **15 pontos** |
| **2.1** A organização tem no mínimo dois anos de operação para demonstrar sua **sustentabilidade e relevância financeira**? | * Declare o número de anos de operação; * Relatório financeiro dos últimos dois anos; * Relatórios e balanços Patrimoniais Auditados |  |
| **2.2** A organização tem equipe de Finanças qualificada?  O atual sistema de contabilidade é informatizado e tem capacidade para reunir e fornecer relatórios financeiros separados sobre as atividades executadas no âmbito do Acordo de Contribuição?  A organização tem sistemas e práticas para monitorar e relatar se os resultados e despesas do projeto estão de acordo com o prazo e orçamento acordados?  A organização tem uma separação mínima de funções (separação entre gestão de projeto, finanças/contabilidade e gabinete executivo)? | * Currículos da equipe-chave de finanças e contabilidade; * Descrição dos aspectos e controles centrais do sistema de contabilidade usado; * Estrutura organizacional/organograma. |  |
| **2.3** A organização tem a capacidade de adquirir bens e serviços de forma transparente e competitiva? (caso aplicável, verifique se a unidade de compras/licitação tem experiência) | * Cópias de políticas e procedimentos de compras/licitação. Os procedimentos devem demonstrar como você adquire bens e serviços local e internacionalmente (caso aplicável). |  |
| **2.4** A organização tem procedimentos e controles formais para mitigar casos de fraude, como assinatura múltipla de signatários em contas bancárias, relatórios e sanção de incidências de fraude? | * Descreva os controles antifraude e descreva os procedimentos formais. |  |
| **2.5** A organização tem capacidade para fornecer contribuições em espécie, financeiras e de pessoal como Parceiro Implementador do ONU-Habitat no projeto? Por favor, fornecer detalhes sobre a natureza e tamanho da contribuição. | * Descreva a natureza e o montante de contrapartida (financeira ou em espécie) que a sua organização pode disponibilizar no âmbito da implementação da consultoria[[11]](#footnote-11). |  |
| **3. Proposta financeira** | | **30 pontos** |
| **3.1** O orçamento para cada produto é:  (i) eficiente financeiramente (i.e. o custo deve ser econômico e estimado prudentemente para evitar qualquer falta ou superestimação)  (ii) justificável/bem fundamentado e  (iii) preciso e completo | **Proposta de orçamento** *<no**modelo fornecido no* ***Anexo 3****>*   * Proposta de orçamento[[12]](#footnote-12); * Outros documentos de apoio (indicados nas demais partes deste chamado). |  |
| **4. Proposta técnica** | | **30 pontos** |
| **4.1** A proposta técnica é sólida e responde adequadamente às especificações e aos requerimentos? | **Documento de proposta técnica** *<no modelo fornecido no* ***Anexo 4****>* |  |

**12. Observações finais**:

1. As organizações interessadas devem providenciar as informações indicando que elas são qualificadas para realizar os serviços (folheto, descrição de tarefas similares, experiências em condições similares, disponibilidade de habilidades apropriadas entre seus funcionários etc.);
2. A apresentação de propostas e os documentos anexados devem ser recebidos de acordo com as instruções oferecidas. Não serão consideradas as apresentações de propostas endereçadas a um e-mail diferente do indicado;
3. As propostas de organizações que não apresentem a informação necessária para demonstrar que atendem aos critérios de elegibilidade não serão consideradas;
4. As apresentações de propostas recebidas depois da data limite não serão consideradas;
5. As organizações serão selecionadas de acordo com o procedimento estabelecido pela política de gestão de parceiros de implementação do ONU-Habitat e procedimentos operacionais padrão;
6. As apresentações de propostas de organizações que deixem de providenciar parte das informações necessárias e/ou solicitadas serão desqualificadas;
7. Essa apresentação de propostas não envolve qualquer tipo de comprometimento do ONU-Habitat, seja financeiro ou outro. O ONU-Habitat reserva o direito de aceitar ou rejeitar qualquer e todas as propostas sem a obrigação de informar o(s) candidato(s) dos motivos;
8. Todos os valores da proposta financeira devem estar indicados em USD (dólares americanos);
9. A proposta técnica pode ser apresentada em língua portuguesa ou inglesa. Caso opte por apresentar em português, requer-se obrigatoriamente a inclusão de um resumo de 1 (uma) página em inglês.

**Todos os documentos deverão ser enviados, dentro do prazo indicado, para o e-mail:**

**marica@onuhabitat.org**

**aos cuidados da “Equipe do ONU-Habitat no Brasil” com o seguinte assunto no e-mail:**

**MARICÁ - PROPOSTA TÉCNICA BUSCA ATIVA :: NOME/SIGLA DE SUA ORGANIZAÇÃO**

1. Em 2018, sua população era de 157.789 habitantes segundo Estimativas de População do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>, acessado em 06 ago. 2019. [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>, acessado em 06 ago. 2019. [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>, acessado em 08 ago. 2019. [↑](#footnote-ref-3)
4. Adotada em 25 de setembro de 2015 pela Assembleia Geral da ONU, o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/RES/70/1) é um plano de ação para as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias (os cinco “P”). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte integrante da Agenda e são compostos por 17 objetivos e 169 metas, interdependentes e indivisíveis, o que demonstra a ambição desta Agenda reconhecendo o nível de complexidade do desafio em escala mundial. O Objetivo 11, conhecido como “ODS Urbano”, é “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, o que demanda um monitoramento de progresso em nível local. A Agenda 2030 traduzida para o português está disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>, acessado em 29 mar. 2019. [↑](#footnote-ref-4)
5. Para examinar cada realidade microurbana das cidades, foi desenvolvido, pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que utiliza a menor desagregação espacial do território para a qual existem dados censitários, cuja finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras num mesmo município. Ver Índice de Desenvolvimento Social - IDS por AP, RP, RA, bairro e favela. Município do Rio de Janeiro – 2010. IPP/DataRio. <http://www.data.rio/datasets/f7ec7718c6ab403e9171d898538ab798>, acesso em jan. 2018 [↑](#footnote-ref-5)
6. É importante ressaltar que as famílias não são obrigadas a participar das entrevistas, porém, com base em experiências anteriores, as recusas não devem chegar a 5% do total. [↑](#footnote-ref-6)
7. Segundo o IBGE, pessoa de referência é a “Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros”, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>, acessado em 12 ago. 2019. [↑](#footnote-ref-7)
8. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf>, acessado em 07 de agosto de 2019. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para mais informações, acessar [https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html.](https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html)  [↑](#footnote-ref-9)
10. O Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro é uma autarquia do município de Maricá criada pela Lei Complementar nº 304 de 4 de dezembro de 2018. A instituição tem por competência organizar e produzir dados e indicadores de acompanhamento do desenvolvimento municipal de modo a subsidiar a elaboração e a execução de políticas públicas mais efetivas. [↑](#footnote-ref-10)
11. Uma prática comum do ONU-Habitat no âmbito de Acordos de Cooperação é ter parceiros de implementação que providenciam contrapartidas, financeiras ou em espécie. Essas, sempre que possível, e de acordo com as necessidades do projeto, são encorajadas. Elas devem ser especificadas no orçamento da proposta e reportadas nos relatórios financeiros do projeto. Despesas gerais e custos indiretos (como gastos de escritório, equipamentos básicos e tempo de pessoas do quadro da organização) devem ser considerados como contrapartidas mínimas por parte dos parceiros de implementação e não deveriam ser financiados pelo valor a ser repassado pelo ONU-Habitat. [↑](#footnote-ref-11)
12. As linhas orçamentárias consideradas pelo ONU-Habitat estão indicadas no modelo de orçamento fornecido. As mesmas poderão registrar variações de no máximo 10% quando da execução. Os relatórios financeiros precisam ser elaborados quadrimestralmente. Esta contratação, e seu custo, precisam estar previstos na proposta técnica e na proposta de orçamento. Adicionalmente, ver informações adicionais no modelo de Termo de Referência para auditoria (Anexo 5). Finalmente, o montante que não for executado deverá ser devolvido ao ONU-Habitat num prazo de 30 (trinta) dias após o término das atividades do projeto. [↑](#footnote-ref-12)